

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO /RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024**

**SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA.- EPP.**, inscrita no CNPJ/MF nº 24.533.613/0001-52, sediada a Av. Miguel Stefano, nº 273, Bairro: Vila Paulista, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, por meio de seu representante legal a Sr. PEDRO MERIGHI FARIAS, brasileiro, solteiro, sócio-proprietário, inscrita no RG nº 53.539.243-6 e CPF nº 364.362.938-92, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

contra a classificação da empresa MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA para os itens 1 e 2, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

## **I – TEMPESTIVIDADE**

O recurso, este feito, tem como finalidade apontar certos equívocos cometidos pela empresa supracitada, visando sua desclassificação do pregão, visto que a mesma descumpriu os requisitos solicitados no edital. As razões de recurso está disponível para realização a partir do dia 20 de maio de 2024 podendo ser feita até o dia 23 de maio de 2024, o que faz desta peça tempestiva.

## **II – RESSALVA PRÉVIA**

A peticionária manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do Pregoeiro, da equipe de apoio, e de todo o corpo de funcionários deste Órgão. As divergências objeto do presente recurso referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações, da Lei do Pregão, Decreto 10.024/2019 em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afeta, em nada, o respeito da Signatária pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram. No entanto, não pode deixar de questionar algumas inconsistências presentes no **Pregão eletrônico Nº 03/2024** ora promovido.

## **III – DOS FATOS**

O edital referente ao Pregão Eletrônico nº 03/2024, celebrado no dia 16 de maio de 2024, tem como objeto o registro de preço para aquisição de químicos utilizados no Hospital Maternidade Santa Therezinha.

Entretanto, notam-se incoerências na compatibilidade com o edital referente as propostas apresentadas pelas empresas MEC COMERCIAL e NEUZA MARLY.

Primeiramente, é válido ressaltar que todas as propostas e documentações devem estar em conformidade com o solicitado no edital. As empresas recorridas foram habilitadas em 1º e 2º lugar para os itens 1 e 2.

Entretanto, ao analisarmos as documentações da licitante a respeito da habilitação, constatou-se que a proposta apresentada pelas empresas protagonistas deste recurso nos itens não respeita integralmente o solicitado no edital, tendo em vista que o mesmo deve constar informação do modelo apresentado. Nota-se, também, que ambas as empresas não apresentaram os documentos de comprovação de registro da Anvisa.

Tendo em vista estes dois fatos, nota-se que não há a possibilidade de análise dos produtos indicados, tendo em vista que não foram apresentados documentos/informações que possam demonstrar as características técnicas dos produtos ofertados.

No entanto, a referida licitante foi declarada vencedora mesmo com todos os fatos já apresentados, motivo este que configura a apresentação do presente Recurso Administrativo.

#### **IV – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA**

##### **IV.I – DA PROPOSTA DE ACORDO COM O EDITAL**

Ao analisarmos o edital, nota-se a seguinte solicitação a respeito da proposta:

“6.1. O licitante além de cadastrar seus preços na plataforma no campo LOTES onde será disputado os lances, deverá TAMBÉM enviar/anexar sua proposta "física" devidamente preenchida, no sistema eletrônico no campo "documentos exigidos e anexados pelo participante", contendo em sua proposta física ao menos os seguintes campos abaixo:

6.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, **o modelo**, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou

inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.1.2. Unidade de medida, conforme Termo de Referência;

6.1.3. Quantidade do Item/Lote, conforme Termo de Referência;

6.1.4. Valor unitário contendo até duas casas decimais;

6.1.5. Valor total do item ou lote, e;

6.1.6. Marca, Fabricante e **Modelo** (no que couber);”

Nota-se que o edital solicitava em seu conteúdo uma proposta que tivesse, de fato, um modelo no que fosse aplicável. Neste caso, ao se tratar de produtos de limpeza, é nítido que há um modelo do produto a ser colocado, neste caso, o nome do produto a ser utilizado.

Tendo isto em vista, a partir deste nome/modelo fornecido, há a possibilidade de conferência da composição e segurança deste produto, levando em consideração que a partir dele encontra-se a viabilidade de pesquisar se há o registro na ANVISA dos produtos, assim como pesquisar mais a fundo sobre as características dos mesmos.

Destaca-se que a legislação responsável pelo registro dos produtos na ANVISA é a RDC nº 59/2010. Primeiramente, é válido ressaltar que a ANVISA é uma autarquia vinculada diretamente ao Ministério da Saúde que tem como objetivo efetuar o controle sanitário dos produtos que intercorrem nacionalmente, garantindo que os mesmos sejam qualificados, seguros e eficazes.

Apresenta-se, portanto, os seguintes artigos da RDC supracitada:

*“Art. 12. Os produtos de risco 1 somente podem ser comercializados após a notificação realizada por meio do peticionamento totalmente eletrônico e divulgada na página da Anvisa, na rede mundial de computadores - internet.*

*Art. 13. Os produtos de risco 2 somente podem ser comercializados após a concessão do registro publicada em Diário Oficial da União.*

*Art. 5º A notificação e o registro dos produtos saneantes são efetuados levando-se em conta a avaliação e o gerenciamento do risco, finalidade, categoria e devem atender regulamentos específicos”*

Nota-se, portanto, que os produtos, para serem comercializados, devem estar registrados ou notificados na ANVISA, motivo o qual já basta o apuramento do mesmo. Entretanto, ao analisar o art 5º da RDC nº 59/2010, constata-se que os produtos saneantes devem atender regulamentos específicos para serem registrados. Neste caso, ao se tratar de um desinfetante, a RDC nº 774/2023 tem como seu principal conteúdo a legislação responsável acerca do registro de saneantes/desinfetantes.

Neste óbice, observa-se que a RDC Nº 774 de 2023, diz a respeito dos laudos exigidos para desinfetantes hospitalares para superfícies fixas a artigos não críticos:

*Art. 29. Para fins de registro de produtos saneantes com ação antimicrobiana, devem ser apresentados os seguintes dados:*

*XX - resultado ou laudo de análise química e de eficácia microbiológica do produto, de acordo com o uso proposto; e*

## **ANEXO II**

### **MICROORGANISMOS PARA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA**

*3.3 Hospitalar para superfície fixa e artigo não crítico: Salmonella enterica subsp. enterica serovar choleraesuis, Staphylococcus aureus e Pseudomonas aeruginosa.*

Tendo isto em vista, expõe-se mais precisamente os riscos do contato humano com as bactérias Salmonella enterica subsp. enterica serovar choleraesuis, Staphylococcus aureus e Pseudomonas Aeruginosa :

- Salmonella enterica subsp. enterica serovar choleraesuis: É uma bactéria da família das Enterobacteriaceae que causa febre tifoide e gastroenterites. Os sintomas são semelhantes a outros problemas gastrointestinais, mas são confirmados por meio de exames de sangue e fezes, além da análise clínica do médico, conforme cada caso.
- Staphylococcus aureus: É uma bactéria gram-positiva, e uma das mais letais de sua família. Frequentemente causam infecções cutâneas, mas podem causar pneumonia, infecções da válvula cardíaca e infecções ósseas e podem ser resistentes ao tratamento com certos antibióticos. Essas bactérias são transmitidas pelo contato direto com uma pessoa infectada, usando um objeto contaminado ou ao inalar pequenas gotículas infectadas dispersas ao espirrar ou tossir.
- Pseudomonas aeruginosa: é uma bactéria bacilo gram-negativo que frequentemente é agente causador de septicemia, abscessos e infecções em feridas cutâneas. Estas bactérias costumam se disseminar para os ossos e as articulações a partir da corrente sanguínea, portanto, a melhor forma de

prevenir as infecções por esse agente é manter rígidas medidas de controle e infecção hospitalar, especialmente na esterilização de equipamentos médicos.

Sendo assim, percebe-se a extrema necessidade e obrigatoriedade do registro para os desinfetantes, tendo em vista que, além de serem exigidos pela lei, os mesmos interferem diretamente na saúde humana.

Portanto, levando os argumentos acima em consideração, solicita-se a desclassificação da empresa **MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA**, tendo em vista ofertado nos itens 1 e 2.

## **V – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **V.I – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Um dos principais princípios da licitação é a Vinculação ao Instrumento Convocatório. De fato, este princípio pode, e deve, ser considerado um dos mais importantes no que condiz a fundamentação jurídica em uma licitação. Nele, em sua essência, garante que na elaboração do edital serão respeitados outros princípios primordiais à licitação, garantindo segurança para o licitante e para a administração pública. Encontra-se este princípio fixado na Lei Federal nº 14.133, art. 5º:

*“Art. 5º: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942](#) ([Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro](#)).”*

Ao impor à Administração e ao licitante a obrigatoriedade de seguir as normas estabelecidas no Edital, garante-se o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório. Este princípio, garante por si só, outros princípios que harpeiam a segurança jurídica de um pregão, como o princípio da eficácia, impessoalidade, julgamento objetivo, entre outros.

É válido ressaltar que o Edital em uma licitação é absoluto, pois regula o processo licitatório respeitando sua originalidade, porém sem contradizer a Constituição e todas as leis referidas à licitação, como afirma a professora e escritora de direito administrativo, Fernanda Marinela, que diz que o edital é a lei interna da licitação. Tendo isto em vista, torna-se nítido que suas normas devem ser respeitadas e exercidas durante todo o processo licitatório.

Neste óbice, é nítido que as empresas recorridas descumpriram tal princípio, uma vez que apresentou uma proposta sem o modelo do produto ofertado, estando assim, em desconformidade com o edital.

## **V.II– PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

Por fim, o princípio da legalidade também está disposto na Lei 14.133/2024, como um dos norteadores do processo licitatório, conforme exposto no art. 5º supracitado.

O administrador está vinculado à determinação legal, não podendo dela se afastar, como diz Marçal Justen Filho:

*“A lei ressalva a liberdade para a Administração definir as condições da contratação administrativa. Mas, simultaneamente, estrutura o procedimento licitatório de modo a restringir a discricionariedade a determinadas fases ou momentos específicos”*



Este princípio impõe à Administração Pública o cumprimento da legislação vigente, ou seja, a impossibilidade de “criar”, “inventar” ou “distorcer”, como ocorre frequentemente nas licitações em que participo.

Veja o que dizia o saudoso Mestre Hely Lopes Meireles:

*“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”*

No caso em tela, o edital exigia produtos específicos com foco em assistência à saúde, conforme disposto na RDC 774/2023, legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade de informações na rotulagem de saneantes considerando sua finalidade, o que não foi atendida pelas empresas recursadas **MEC COMERCIAL e NEUZA MARLY**, que apresentou produtos nos itens 1 e 2 que não continham em sua proposta o modelo do produto, impossibilitando a análise do mesmo.

### **V.III – PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**

O princípio da segurança jurídica, também conhecido como princípio da confiança legítima (proteção da confiança), é um dos subprincípios básicos do Estado de Direito, fazendo parte do sistema constitucional como um todo e, portanto, trata-se de um dos mais importantes princípios gerais do Direito.

O princípio da segurança jurídica possui previsão no art. 2º, caput, da Lei 9.784/99. Além disso, o inciso XIII, do parágrafo único, do mesmo artigo, determina que a Administração Pública deve obedecer ao critério da interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Analisa-se, portanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal com enfoque neste grandioso princípio:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROVIMENTO DERIVADO. SUBSISTÊNCIA DO ATO

ADMINISTRATIVO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. 1. O Supremo Tribunal Federal, em algumas oportunidades, e sempre ponderando as particularidades de cada caso, já reconheceu a subsistência dos atos administrativos de provimento derivado de cargos públicos aperfeiçoados antes da pacificação da matéria neste Tribunal, em homenagem ao princípio da segurança jurídica. Precedentes. 2. O princípio da segurança jurídica, em um enfoque objetivo, veda a retroação da lei, tutelando o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Em sua perspectiva subjetiva, a segurança jurídica protege a confiança legítima, procurando preservar fatos pretéritos de eventuais modificações na interpretação jurídica, bem como resguardando efeitos jurídicos de atos considerados inválidos por qualquer razão. Em última análise, o princípio da confiança legítima destina-se precipuamente a proteger expectativas legitimamente criadas em indivíduos por atos estatais. 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível, na hipótese, condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 512/STF) 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(STF - AgR ARE: 861595 MT - MATO GROSSO 0099931-76.2012.8.11.0000, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 27/04/2018, Primeira Turma)".

Levando os fatos acima em consideração, evidencia-se que as empresas MEC COMERCIAL e NEUZA MARLY descumpriram tal princípio ao apresentar uma proposta sem modelo nos itens 1 e 2, impossibilitando

a conferência dos produtos para averiguar que se o mesmo atende a RDC nº 774/2023, estando assim, em desconformidade com a legislação específica regente deste conteúdo.

Tendo os fatos apresentados como base, é solicitada a desclassificação das empresas classificadas dos itens 1 e 2, recorrida visto que a mesma desrespeitou diretamente o art. 34 da Lei 14.133 uma que apresentaram uma proposta sem modelo, impossibilitando a análise dos mesmos.

#### **VI- DOS PEDIDOS**

Isto posto, vem por meio deste, requerer, que seja julgado como **PROCEDENTE** o referido recurso, para que assim, seja reavaliada a classificação das empresas MEC COMERCIAL ATACADISTA LTDA e NEUZA MARLY POCIDONIO PEREIRA LTDA como arrematantes dos itens 1 e 2 e consequentemente desclassificar a recorrida, por não ter cumprido com os descritivos exigidos no edital, razão pela qual devem ser desabonadas.

Termos em que,

Pede deferimento.

Catanduva, 22 de maio de 2024.

---

**Pedro Merighi Farias**

**RG: 53.539.243-6**

**CPF: 364.362.938-92**

**Sócio-Proprietário**